



SEÇÃO: SOCIOLOGIA DAS ELITES POLÍTICAS

Destino Senado Federal: influência das carreiras políticas na chegada à casa da federação¹

Destination Federal Senate: influence of political careers on arrival at the federation house

Alison Ribeiro Centeno²

orcid.org/0000-0001-8026-7837

alison.centeno@edu.pucrs.br

Recebido em: 14 abr. 2022.

Aprovado em: 11 jul. 2022.

Publicado em: 21 nov. 2022.

Resumo: Estudando as carreiras políticas e o *social background* (diplomação escolar e profissão prévia à entrada no meio político) dos que venceram as eleições para a representação federativa no Congresso, objetiva-se: analisar se antigos governadores e prefeitos tinham carreiras mais curtas em relação àqueles que fizeram carreiras somente no Legislativo e se políticos que até então jamais haviam vencido eleições tinham *social background* destacado em relação aos políticos profissionais. Empreendidos os levantamentos estatísticos, não se observaram disparidades nas carreiras exclusivamente executivas em relação às estritamente legislativas, havendo menor tempo de carreira e de mandatos dessas carreiras em relação as de políticos que passaram por cargos nos dois poderes. Os níveis de experiência política também não estiveram ligados a *social background* distinto, apresentando o Senado Federal no período como Casa dos políticos profissionais e de alta posição socio-ocupacional.

Palavras-chave: Senado Federal. Carreiras políticas. *Social background*.

Abstract: Studying the political careers and the social background (academic degrees and professions prior entering the political field) of elected Brazilian Senators, with this paper it's expected to analyze whether former Governors and Mayors had shorter careers compared to those who made careers only in the Legislative power; and if politicians who had never won elections had a prominent social background compared to professional politicians. Once applied the statistical tests there were no disparities in exclusively executive careers in relation to strictly legislative ones, with shorter career periods and number of previous mandates only compared to those politicians who held positions in both powers. The levels of political experience were also not linked to a distinct social background, presenting the Federal Senate trough 1994 to 2014 composed by professional politicians with high socio-occupational position.

Keywords: Brazilian Federal Senate. Political careers. Social background.

Introdução

Os estudos sobre os antecedentes dos investidos em mandatos no Senado Federal permitem melhor entender a caracterização de uma parcela da elite política que passa pelo mais importante cargo do Legislativo. O presente artigo visa dar sequência à série de estudos sobre os senadores eleitos entre 1994 e 2014, tendo outrora trabalhado com o exercício das lideranças partidárias e suprapartidárias na Câmara Alta (Centeno 2018); o mapeamento das vitórias para a Casa da Federação



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

junto das disputas pelas governorias (Madeira e Centeno 2018); bem como a apuração do *social background* desses políticos eleitos para a representação federativa ao longo de duas décadas (Centeno 2019).

A fim de estudar essas características, foram agrupadas informações (em um banco de dados no Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) de títulos escolares, profissão prévia à entrada na política e os cargos eletivos ocupados antes da vitória na disputa pelo Senado – dos eleitos para os 243 mandatos concorridos ao longo do período. Tais informações são de fácil mapeamento, estando geralmente disponíveis nas minibiografias dos portais das casas legislativas (para este, prospectadas no *site* do Senado Federal), bem como nas biografias desenvolvidas pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Objetiva-se: identificar os padrões de formação das carreiras dos senadores, quais regiões que mais elegeram ex-chefes de palácios e paços municipais e melhor investigar as discrepâncias do *social background* dos políticos que não tinham experiência eletiva antes de chegarem ao único cargo majoritário do Legislativo.

De modo a aprofundar os achados recentes, ao invés de fazer a análise separada para cada cargo eletivo, os políticos terão seus aspectos de experiência divididos em: "Executivo" (quando foi eleito unicamente para os cargos de prefeito, governador e/ou presidente); "Legislativo" (com experiência de mandato nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas e na Câmara dos Deputados); "Ambos" (políticos que assumiram cargos no Legislativo e no Executivo); e "Nenhum" (sem carreira eletiva prévia).

Já os níveis de experiência política dos senadores terão divisão análoga à utilizada em Madeira e Centeno (2018), com quatro categorias (considerando apenas os mandatos eletivos): inexperientes (nenhum mandato); pouco experientes (um ou dois); experientes (três ou quatro); e muito experientes (cinco ou mais). Os políticos reeleitos ou que retornaram ao Senado durante o intervalo, tiveram mais um mandato acrescido no

banco. Opta-se por trabalhar com o termo "inexperientes" ao invés de *outsiders*, porque focando exclusivamente nos cargos eletivos, ficam de fora posições de relevo, como cargos de nomeação, especialmente, ministros de Estado.

Os caminhos para o Senado

Outrora o foco principal dessa série de levantamentos sobre a Casa da Federação (Centeno 2018, 2019) apresentou a semelhança entre os partidos dos três espectros ideológicos (escala esquerda-centro-direita) no que se refere ao *social background* dos que foram alçados pelo voto popular para a representação de seus estados, mesmo dentre bancadas de tamanhos distintos, havendo predomínio dos partidos de centro e direita decorrente das sequências de vitórias de filiados ao MDB, PSDB e DEM durante os vinte anos em estudo. O único partido a romper essa barreira ideológica e emplacar uma bancada sólida foi o Partido dos Trabalhadores (PT) (tendo como outra peculiaridade posições socio-ocupacionais distintas e singulares), ao passo que as demais legendas de esquerda não só disputavam de pequeno número de parlamentares, como também de *social background* próximo dos partidos majoritários.

Na esteira destes estudos, mostrou-se que os partidos de centro e o antigo PFL (DEM) tinham o maior número de parlamentares que anteriormente governaram seus estados ou administraram prefeituras (ainda que no PSB, dentre sua pequena bancada, também houvesse um alto volume de políticos com passagem pelo Executivo). Contrariamente, o PT se mostrou com senadores de histórico sobretudo no Legislativo, principalmente no lado oposto ao Senado – a Câmara dos Deputados.

Valendo-se dos já mencionados métodos para o estudo sobre recrutamento de elites políticas, visando atender aos principais objetivos da presente escrita, vem-se adicionar a esse esforço pelo entendimento das características e dos precedentes daqueles que venceram a disputa por uma cadeira nas eleições que ocorreram entre 1994 e 2014, avançando sobre o tempo de carreira,

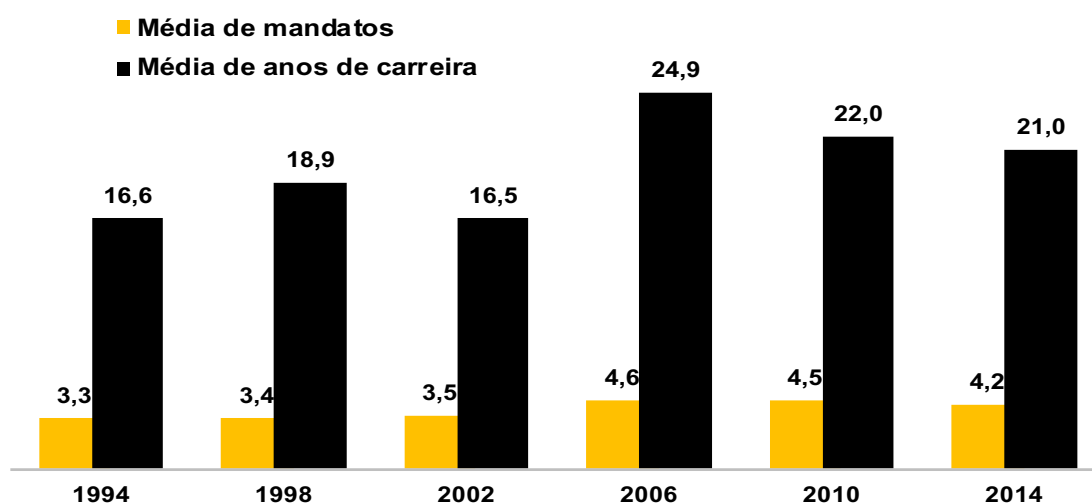
assim como analisando os cargos eletivos que marcaram o *début* e o último mandato desses políticos na seara eleitoral até a eleição para o Senado. Por tempo de carreira será considerado o número de anos entre a primeira disputa em uma eleição (seja o político vitorioso ou não), onde o primeiro e o último cargo serão estritamente considerados aqueles eletivos e em que tomaram posse, mesmo que no período entre o mandato e a disputa em que tenha triunfado na busca pela representação federativa, tenha sofrido derrotas nas urnas.

Tido como o equilíbrio nacional – dado o proporcional número de parlamentares por Unidade da Federação (UF), durante o interstício analisado, foi também o Senado (mesmo com o escrutínio por voto majoritário) palco do aumento da fragmentação partidária característica do Legislativo Nacional, saindo de 10 legendas com senadores eleitos em 1994 para 15 partidos com políticos vitoriosos na disputa de 2010 (ambas as eleições com duas cadeiras em renovação). Abordando a conjuntura da Casa, conforme observável no Gráfico 1, se o maior número de legendas não influenciou na *expertise* política dos vitoriosos na busca

pela cadeira senatorial, tampouco influenciou na média de mandatos prévios até a chegada ao lado esquerdo do Palácio Nereu Ramos.

Apesar do razoável aumento observado em 2006 – (nessa eleição, assim como em 1998 e 2014, apenas 27 cadeiras foram renovadas) –, o número médio de postos eletivos nas biografias senatoriais não variou em grande volume. É importante pontuar, todavia, que o tempo médio de anos de carreira aumentou em mais de oito anos (tempo de um mandato senatorial e dois dos demais mandatos eletivos), permanecendo com média acima dos 20 anos de carreira nas urnas até o ano de 2014. Também avaliando posições prévias e o tempo de carreira dos senadores, Codato *et al.* (2016) encontraram entre 1945 e 1990, médias entre quatro e seis cargos prévios ao mandato por eleição, com tempo médio de carreira que chegou a 25 anos no auge do regime militar, declinando para 17 anos durante a transição democrática. Todavia, diferentemente do enfoque em cargos eletivos aqui tratado, os autores também consideraram como posições anteriores os cargos de nomeação.

Gráfico 1 – Média de anos de carreira e média de mandatos eletivos prévios à eleição para senador entre 1994 e 2014



Fonte: Senado Federal e CPDOC.

Os aumentos observados no presente estudo se justificam, principalmente, pela constante queda no número de políticos sem passagem por

cargos eletivos e que estrearam diretamente no Senado. Em 1994, cinco eleitos eram totalmente desprovidos de histórico vitorioso nas urnas. Esse

número declinou para três em 2010 e apenas um em 2006 e 2014. Percebe-se que das seis eleições em estudo, a partir da segunda metade o Senado Federal se fechou para os políticos inexperientes.

Junto dos desprovidos de sucesso em disputas anteriores era também baixo o número de senadores cujas carreiras foram moldadas apenas em prefeituras e governadorias. Como observável na Tabela 1, as carreiras exclusivamente legislativas triunfaram não somente pelo alto volume (42%), como pelo fato de a maioria absoluta (84%) dos políticos eleitos durante o interím terem pelo menos um mandato Legislativo em seu histórico, já que as carreiras carimbadas como "Ambos" (passagem por postos no Legislativo e no Executivo), formaram ligeira maioria na Casa.

Percebe-se não haver grandes disparidades nas carreiras desenvolvidas no Executivo em relação às construídas no Legislativo, já que as médias de mandatos e de anos de carreira até chegarem ao Senado são próximas. Contudo, os índices dos respectivos coeficientes de variação mostram que mesmo em menor número, há maior (e ainda assim, somente razoável) homogeneidade nos casos observados entre parlamentares que passaram apenas pelas prefeituras e pelos governos estaduais frente aos que construíram

carreiras nos mandatos de eleição proporcional e no Senado.

É no conjunto de carreiras em "Ambos" os aspectos do poder eletivo que se encontravam os políticos mais experimentados. Mesmo que esse rótulo parta de uma combinação de pelo menos um mandato no Legislativo e outro no Executivo, as médias desse grupo e a homogeneidade, seja no tempo de carreira, seja no número de mandatos, demonstram longevidade e coesão desse coletivo, onde dois em cada três políticos tinham pelo menos cinco triunfos em pleitos eleitorais (próximo da média).

Ainda que nem todos os que se sagraram vitoriosos na disputa estivessem incumbidos e empossados em mandatos enquanto concorreram à cadeira (em especial, obviamente, os de mandatos executivos que pela legislação se veem obrigados a se desincompatibilizar do cargo), essa variável dá uma dimensão de quais postos deram mais projeção para a chegada ao Senado durante o período, bem como evidencia que ao desmembrar os tipos de experiência política, há uma diferença nas médias de mandatos e anos de carreira de acordo com a hierarquia do cargo prévio.

TABELA 1 – Senadores eleitos entre 1994 e 2014 de acordo com os aspectos de experiência política e o último mandato antes do senado (considerando apenas os mandatos eletivos)

Carreira	N	μ - Mandatos	DP	CV (%)	μ - Carreira	DP	CV (%)
<i>Nenhum</i>	19	0	0	0	0,7	1,5	205,7
<i>Executivo</i>	20	2,5	1	41	13,2	4,9	36,9
<i>Legislativo</i>	101	3	1,6	52,5	15,3	7,9	51,9
<i>Ambos</i>	103	5,63	2,1	36,8	28,2	11,5	40,8
TOTAL	243	-	-	-	-	-	-
Último cargo							
<i>Dep. Federal</i>	65	3,9	1,9	49,3	18,7	9,5	50,9
<i>Governador</i>	43	5,2	2,4	45,9	24,9	12,8	51,4
<i>Prefeito</i>	20	3,7	1,5	41,2	18,3	9,7	52,8
<i>Nenhum</i>	19	0,0	0,0	0,0	0,7	1,5	205,7
<i>Sen. Reeleito</i>	53	4,4	2,6	58,4	24,2	12,4	51,4
<i>Dep. Estadual</i>	14	2,4	1,0	41,8	9,4	4,2	45,1
<i>Vice-Gov.</i>	9	4,9	1,9	38,9	22,9	9,6	41,9

<i>Senador</i>	6	5,0	2,4	49,0	33,5	6,3	18,9
<i>Vereador</i>	5	3,0	1,6	52,7	14,2	12,4	87,5
<i>Sen. Suplente</i>	1	2,0	0,0	0,0	16,0	0,0	0,0
<i>Vice-Prefeito</i>	2	4,0	0,0	0,0	23,0	9,9	43,0
<i>Vice-Pres.</i>	1	8,0	0,0	0,0	36,0	0,0	0,0
<i>Governador*</i>	1	1,0	0,0	0,0	6,0	0,0	0,0
<i>Presidente</i>	1	4,0	0,0	0,0	27,0	0,0	0,0
<i>Sup. Reeleito</i>	3	1,0	0,0	0,0	10,7	4,6	43,3
TOTAL	243	-	-	-	-	-	-

Notas: Média de mandatos (μ - Mandatos); Média de anos de carreira (μ - Carreira); Desvio Padrão (DP) e Coeficiente de Variação (CV). deputado (Dep.); senador (Sen.); governador (Gov.) e presidente (Pres.). governador* (Governador nomeado).

FONTE: SENADO FEDERAL E CPDOC.

Observa-se que deputados estaduais tinham média de anos de carreira consideravelmente menor em relação aos deputados federais, fato que não se repete entre governadores e prefeitos, ainda que os últimos também tivessem menor número médio de cargos e de tempo de carreira política (ressalvadas as proporções, considerando que o volume de deputados federais era mais de quatro vezes maior que de deputados estaduais, e os governadores eram o dobro do índice de prefeitos). Novamente, os coeficientes de variação apontam haver pouca homogeneidade entre os grupos, onde o surpreendente percentual entre os inexperientes ("Nenhum" na Tabela 1) decorre dos poucos que disputaram uma eleição e saíram derrotados antes de chegarem ao Senado.

Aliás, o único grupo onde havia homogeneidade no tempo de carreira eram os ex-senadores que voltaram ao posto após um hiato, porém semelhante característica não se repetiu na média dos mandatos. Deveras, percebe-se que os detentores de mandatos majoritários, salvo os prefeitos, tinham carreiras (em média) um pouco mais longevas. Ressalta-se, contudo, que considerando também ser a cadeira senatorial um posto majoritário, cujo mandato é de oito anos, essa infla a média de anos de carreira, tanto dos reeleitos, quanto dos antigos senadores que novamente foram alçados à representação dos

seus estados e dos suplentes que se reelegeram na cadeira do titular.

Todavia, isso não retira o fato que até mesmo os vice-governadores e vice-prefeitos tinham números maiores que os oriundos dos cargos legislativos proporcionais. Junto dos senadores (reeleitos e que retornaram ao cargo) e dos governadores, esses conjuntos se mostravam os mais experimentados em termos de quantidade de postos prévios e tempo de permanência na política institucional. Contudo, é válido ressaltar as limitações dessas observações, pois se menos de 18% dos eleitos durante o interím vieram das governorias, dos 195 políticos que assumiram os 243 mandatos aqui em estudo, 35% tiveram passagem pelos palácios estaduais. Já os quase 27% que saíram da cúpula vizinha ao Senado Federal representam pouco menos da metade dos 56% do total de senadores eleitos entre 1994 e 2014 que outrora foram deputados federais.³

Há uma tríade que representa a maior parte da taxa de sucesso na disputa por um assento na Câmara Alta – senadores em exercício, governadores e deputados federais (salvo 1998 onde houve o menor número de senadores reeleitos – 11% frente a uma média de 21%, e 2006 onde governadores foram superados pelos prefeitos; em ambas as eleições, apenas uma cadeira foi renovada em cada unidade federativa). Desde

³ Para mais informações, ver Centeno (2019).

2002, o próprio Legislativo Federal (deputados federais e senadores reeleitos) é a maior fonte de vitórias para a representação federativa, sendo que nas duas últimas eleições em análise, o posto de deputado federal representou mais de um terço das empreitadas bem-sucedidas pelo Senado.

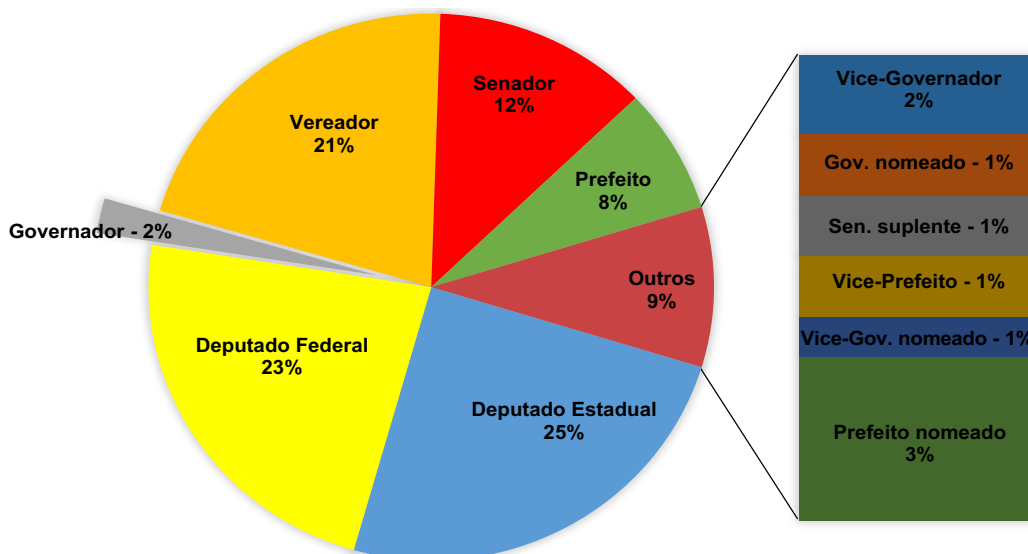
Contudo, fica uma lacuna nessa avaliação, pois como pontuado, o último cargo não significa um mandato em exercício, tampouco recente. Cita-se como exemplo o ex-Presidente Fernando Collor de Mello, que depois de uma tentativa barrada pela justiça de concorrer à Prefeitura de São Paulo em 2000 e uma derrota ao concorrer ao Governo de Alagoas, voltou a um cargo público 14 anos após seu *impeachment* aprovado pela própria Casa na qual tomou um assento em 2007. Nem mesmo os vereadores e deputados estaduais, com médias de tempo de carreira e de mandatos relativamente menores que detentores de cargos de maior projeção, fogem de ressalvas, a considerar como exemplo mais emblemático o retorno de Roberto Saturnino Braga ao Senado Federal nas eleições de 1998, em plena vigência de seu mandato de vereador na capital fluminense, cidade a qual administrou antes da vereança.

A única maneira de analisar a projeção ine-

quívoca do cargo prévio é considerando os primeiros aos quais esses quase duzentos políticos foram eleitos. O Gráfico 2 apresenta o predomínio dos postos legislativos de eleição proporcional como porta de entrada na política eleitoral dos Senadores eleitos entre 1994 e 2014. Ao todo, as eleições para deputado federal, deputado estadual e vereador representaram mais de dois terços do início das carreiras políticas; somado ao percentual de políticos que debutaram diretamente no Senado, 81% desses começaram suas empreitadas no Legislativo, o que explica e reafirma o altíssimo índice de *expertise* legislativa dos senadores do período.

Analisando somente os que começaram suas carreiras na Câmara dos Deputados (quase um quarto), eleitos para um cargo de alta projeção e difícil disputa, somados aos que obtiveram sua primeira vitória na corrida pelo Senado, mais de um terço dos eleitos durante essas duas décadas iniciaram a ocupação política eletiva e institucional diretamente no Congresso Nacional. Não apenas os cargos executivos foram minoria na abertura das carreiras dos futuros senadores, a estreia como governador ficou reservada a três políticos, dois deles com dois mandatos durante o interím.

Gráfico 2 – Primeiro cargo dos senadores eleitos entre 1994 e 2014 (considerando apenas os postos eletivos nos quais tomaram posse)



Notas: senador (Sen.); governador (Gov.)

Fonte: Senado Federal e CPDOC.

Nota-se ainda a permanência de alguns remanescentes do período bipartidário (Madeira 2006) também no Senado Federal, com antigos prefeitos e vice-governadores nomeados. Ressalva-se que o único ex-governador nomeado foi Romero Jucá, indicado pelo presidente (futuramente, seu colega de bancada no Senado Federal) José Sarney para governar o recém-criado estado de Roraima (já durante o período democrático e pluripartidário vigente), pelo qual foi eleito e reeleito duas vezes senador, precisamente durante o período em estudo. No que se encerra a análise da conjuntura puramente institucional, abre-se espaço para avaliação dos diferenciais das posições socio-ocupacionais, tema da próxima seção.

Regiões, titulações e profissões: os antecedentes ao mandato

Abordar os antecedentes na forma do *social background* (diplomas e profissões prévias à carreira política) diferencia o conjunto da Casa tradicionalmente conhecido pela experiência política, em uma instituição cuja morfologia é parcialmente alterada nas eleições que se alternam. Como apontado por Perissinoto e Miriade (2009) no estudo sobre a Câmara dos Deputados, indiferente o espectro ideológico, notabilizam-se os políticos profissionais. O que razoavelmente distingue as legendas são as origens socio-ocupacionais dos quadros partidários.

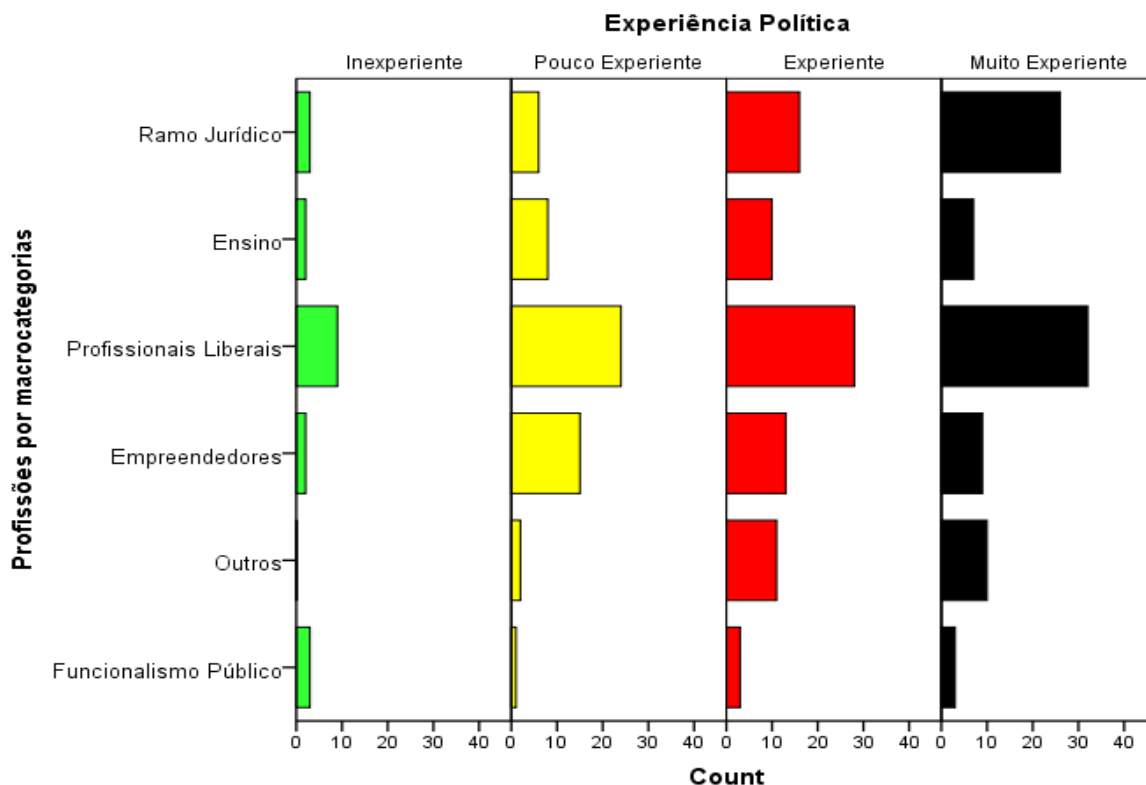
Em sintonia com estudos prévios, destacaram-se no Senado os bacharéis – principalmente em direito (Araújo 2011), e no que tange às profissões, após os que exerceram a advocacia, os empresários (Costa e Codato 2012; Costa, Costa e Nunes 2014), reforçando o entendimento que a maioria dos políticos que chegam à Câmara Alta do Congresso Nacional desfrutam de *social background* de relevo. À vista disso, médicos,

economistas, engenheiros (Bohn 2008; Lemos e Ranincheski 2008; Araújo 2011) e professores – indistinto o nível de atuação, foram as profissões mais recorrentes nos estudos sobre o Senado que englobaram o período pós-redemocratização.

Como observável no Gráfico 3, reforça-se a predominância dos profissionais do ramo jurídico, sendo sobrepostos tão somente pelo agrupamento de outras profissões liberais. Os profissionais liberais foram maioria após compilar dezesseis ocupações distintas e tornaram mais claro o cenário encontrado até em meio a minoria na Casa – os políticos sem experiência (19 de 243), dentre os quais as profissões liberais também foram as mais recorrentes. Outrora descritas de maneira específica por área, aqui é possível ter um melhor panorama de como os níveis de experiência política dos Senadores pouco diferiram a partir da posição socio-ocupacional, ratificando os achados prévios (Centeno 2018, 2019).

Tanto os profissionais de ensino, quanto os empreendedores, têm seus maiores percentuais dentre os políticos de pouca experiência, ao passo que o funcionalismo público estava bem distribuído de acordo com a experiência política. Os advindos do ramo jurídico eram quase um terço dos políticos muito experientes, reforçando o histórico da ligação do meio com a atividade parlamentar. Deveras, em todas as categorias apresentadas acima, pelo menos metade dos políticos tinham três mandatos eletivos prévios ou mais, mostrando que no que as legendas diferem (pouco) em recrutamento, a Casa da Federação iguala em vivência política (com a devida ressalva ao PT, caracterizado no Senado por bancadas de menor experiência política).

Gráfico 3 – Profissões (em macro categorias) dos senadores eleitos entre 1994 e 2014, de acordo com o nível de experiência política



Notas: **Ramo jurídico**: advogado e promotor. **Empreendedores**: agropecuarista, comerciante, empresário e pecuarista. **funcionalismo público**: administração pública, delegado, diplomata e servidor público. **Ensino**: pedagogo, professor ensino básico e professor universitário. **Outros**: bancário, diversas, geógrafo, imprecisa, metalúrgico, pastor e radialista. **Profissionais liberais**: administrador, economista, enfermeiro, engenheiro, engenheiro agrônomo, geólogo, jornalista, médico, médico veterinário, sociólogo, técnico em contabilidade e zootecnista.

Fonte: Senado Federal e CPDOC.

Apona-se para outro objetivo do presente artigo que é averiguar a possível diferença dos postos eletivos progressos à eleição para senador sob a perspectiva regional. No que o Senado promove de equidade entre as unidades federativas pelo análogo número de cadeiras para cada estado, em questões de pesquisa (e tão somente de pesquisa) a diferente quantidade de unidades federativas entre as cinco regiões permite um novo desequilíbrio proporcional, onde o Nordeste elege um terço das vagas a cada eleição, que somado a outro quarto das cadeiras concorridas no Norte, levam a quase 60% de todos os casos e informações procedem

rem dessas regiões. Logo, os padrões regionais devem sempre ser abordados com as ressalvas dos pesos que a divisão geográfica traz à análise, tornando padrões observáveis pelos dados pouco frequentes em outras regiões, em especial no Sul, onde ao longo das duas décadas aqui estudadas foi eleito o mesmo número de parlamentares que o Nordeste escolheu em apenas duas eleições.

Como região com o menor contingente de políticos na Câmara Alta, o Sul despontou dentre os políticos sem mandatos prévios ("Nenhum" na Tabela 1), onde quatro dos 19 eleitos sem experiência eletiva vinham equitativamente do Paraná e do Rio Grande do Sul. De maneira ambígua,

ambos os estados tinham um elevado patamar de senadores reeleitos, onde três mandatos no Paraná e outros quatro no Rio Grande do Sul pertenciam a políticos que foram bem-sucedidos na tentativa de permanecer na Casa.

A proporção de reeleitos só não foi maior na região Sul como um todo devido ao fato que nenhum catarinense foi reconduzido durante o período ao Senado. Além dos dois estados sulistas, os maiores índices de reeleição vêm justamente das regiões Norte e Nordeste: tiveram quase metade de suas cadeiras vencidas por senadores já empossados no mandato – Alagoas (5), Sergipe (4), Tocantins (4) e Roraima (4). Todavia, nessas regiões marcadas por grandes clãs políticos cujo poder se reflete na disputa por postos-chave dentro da instituição, também houve claras dificuldades de renovação dos mandatos senatoriais, haja vista que Ceará, Pernambuco e Bahia não deram novos mandatos aos seus representantes durante o período. O mesmo ocorreu no Pará.

Nesses dois últimos estados, os ex-presidentes do Senado – Antônio Carlos Magalhães e Jader Barbalho viram-se obrigados a renunciar seus mandatos para fugir de possível cassação em plenário no ano de 2001. Ambos eventualmente retornaram à Casa da Federação, o primeiro logo no ano seguinte; já o político paraense, regressou ao Senado em 2011, após uma longa batalha judicial para o permitir assumir o mandato conquistado em 2010.

Principal catapulta para o Senado, a saída da Câmara dos Deputados em direção ao Senado Federal, se fez presente em pelo menos uma vaga em cada Unidade da Federação, principalmente no Ceará e em Pernambuco (cinco em cada), porém, foi na região Sudeste que esse posto mais pesou nas conquistas ao longo das duas décadas em estudo, representando 33%. Os demais postos de eleição proporcional ficaram muito aquém de tal patamar: os advindos das Câmaras de Vereadores se concentraram na região Norte (Amazonas, Pará e Roraima tinham um, cada), havendo outro no Rio Grande do Sul e o já citado caso carioca. Também no Norte estava o maior volume de deputados estaduais

que das Assembleias Legislativas ascenderam ao Senado, especialmente no Pará, com três casos. Fora da região, destacaram-se dois no Amapá e outros dois no Distrito Federal.

Oito unidades federativas tinham pelo menos um terço de suas cadeiras na Casa da Federação vencidas por políticos cujo último cargo foi de governador, metade na região Nordeste (chegando a quatro casos na Paraíba). Aqui, reforça-se a prevalência dos políticos advindos do Legislativo no Norte, haja vista que somente o Amazonas atingiu semelhante nível com governadores. Chama atenção os três mandatos no Paraná e dois em Santa Catarina; os egressos dos palácios estaduais foram grupo significativo nas vitórias para o Senado na região Sul (ainda que nenhum caso tenha ocorrido no Rio Grande do Sul), onde as governorias pesaram mais que a Câmara dos Deputados no quadro de últimos postos exercidos pelos eleitos. Fora dessa localidade, apresentaram maiores números os estados de Goiás (três) e Minas Gerais (com surpreendentes cinco casos).

Nesse último estado, reforça-se que não necessariamente os casos se referem a políticos que acabaram de deixar o cargo prévio – um dos que tinham a governoria como última posição política era o ex-Presidente Itamar Franco, que após deixar o Palácio da Liberdade em 2002, somente retornou a um cargo eletivo com sua vitória em 2010 para o Senado, por onde teve uma breve passagem em 2011, ano de seu falecimento.

Os poucos senadores eleitos advindos das prefeituras eram principalmente de Santa Catarina (três dos nove mandatos senatoriais), destacando-se dois estados do Centro-Oeste – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde havia dois quadros análogos em cada. Unindo-se aos três ex-governadores goianos, com as devidas ressalvas, no que pese o desequilíbrio federativo preponderante em unidades no Norte e sobretudo no Nordeste, percebe-se que os postos executivos foram de maior influência para triunfos eleitorais na corrida pelo Senado no Centro-Oeste e no Sul do País, ao passo que o cargo proporcional do Legislativo Federal serviu de êxito no Sudeste,

enquanto pavimentaram conquistas no Norte os postos proporcionais estadual e municipal. No Nordeste, houve comunhão dos postos legislativos e executivos prévios: ainda que quase 30% dos eleitos tenham vindo da Câmara dos Deputados, a proporção de senadores reeleitos foi ligeiramente menor que a do Sul, distinguindo-se a região pelo conjunto dos oriundos das governorias – dois em cada cinco eram nordestinos.

A fim de melhor analisar o impacto do *social background* e das carreiras políticas na chegada ao Senado, busca-se construir um modelo onde as variáveis da posição socio-ocupacional, o tipo de carreira construída nas urnas e o espectro

ideológico do partido do candidato eleito sejam utilizadas como previsores do tempo de carreira até a vitória para a representação federativa. Logo, são codificadas como variáveis *dummy* questões outrora trabalhadas como: posicionamento ideológico do partido (Centeno 2018), diplomas e profissões tradicionais ou não tradicionais⁴ (Madeira e Centeno 2018) e o tipo de carreira política – sem carreira, exclusivamente no Executivo ou exclusivamente no Legislativo (tendo em conta a proximidade das médias de mandatos observadas na Tabela 1), testando se há impacto da escolha de estratégia de carreira traçada que pavimentou o caminho para o Senado.

QUADRO 1 – Variáveis utilizadas no modelo

Nome	Tipo	Descrição	Categorias
Variável Dependente			
Tempo de carreira política	Contínua	Tempo (em anos) entre a primeira disputa eleitoral e a eleição para Senador.	-
Variáveis Independentes			
Posicionamento ideológico do partido	<i>Dummy</i>	Centro x Partidos dos extremos ideológicos (esquerda, direita ou sem classificação)	0 = Centro; 1 = Demais
Diplomas tradicionais ou não tradicionais	<i>Dummy</i>	Trad. (Direito, Medicina e engenharias) x Demais diplomações	0 = Tradicionais; 1 = Não
Profissões tradicionais ou não tradicionais	<i>Dummy</i>	Trad. (Advogado, empresário, médico e ruralista) x Demais profissões	0 = Tradicionais; 1 = Não
Carreira exclusivamente no Executivo	<i>Dummy</i>	Carreira prévia em cargos de Prefeito, Governador e/ou Presidente	0 = Não; 1 = Sim
Carreira exclusivamente no Legislativo	<i>Dummy</i>	Carreira prévia em cargos de Vereador, Dep. Estadual ou Federal e Senador	0 = Não; 1 = Sim
Sem carreira eletiva	<i>Dummy</i>	Nenhuma vitória anterior nas urnas, mesmo tendo possivelmente concorrido	0 = Não; 1 = Sim
Ambos	<i>Dummy</i>	Carreira prévia em cargos eletivos no Executivo e no Legislativo	0 = Não; 1 = Sim

FONTE: SENADO FEDERAL E CPDOC.

Uma simples correlação ponto-bisserial demonstra não haver correlação das diplomações ($r_{pb} = 0,11$) e profissões ($r_{pb} = 0,08$) tradicionais ou

não tradicionais com o tempo de carreira política, levando a descartá-las como previsores. Já a classificação ideológica do partido do candidato

⁴ Diplomas tradicionais: direito, medicina e engenharias; Profissões tradicionais: advogado, empresário, médico e ruralista (pecuária e agricultura).

resultou em uma correlação moderada, aqui na forma de centro (0) e partidos dos polos (esquerda, direita e sem classificação) ideológicos (1); observou-se que no que cresce o tempo de carreira dos candidatos eleitos, decresce o número de partidários fora das legendas de centro ($r_{pb} = -0,345$), reforçando os achados da sobreposição e alta experiência dos políticos desse segmento ideológico, especialmente pela supremacia do MDB no Senado.

Restam então como previsores, primeiro, utilizando como grupo referência o que forma maioria no Senado (políticos de carreira no Executivo e no Legislativo), a morfologia das carreiras políticas, avaliando se há influência no tempo de carreira

até a eleição para a Câmara Alta o tipo de carreira construída (exclusivamente executiva ou unicamente legislativa) e se essas se diferenciam, conjuntamente com os inexperientes. É válido aqui pontuar, novamente, que como a variável dependente é "Tempo de carreira política", os inexperientes não são desprovidos de histórico nas urnas, já que é considerado para a estimação do tempo o número de anos desde a primeira eleição disputada, havendo nesse pequeno conjunto de 19 Senadores inexperientes, casos de políticos que anteriormente sem sucesso disputaram mandatos, não obstante, adotaram como estratégia a disputa direta pelo mandato senatorial.

Tabela 2 – Estimação do impacto do tipo de carreira e do posicionamento do partido na escala ideológica (previsores) no tempo de carreira política (variável dependente) até a vitória para eleição de senador entre 1994 e 2014

Coefficients ^a											
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Correlations			Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Zero-order	Partial	Part	Tolerance	VIF
1	(Constant)	28,175	,907		31,077	,000					
	Carreira exclusivamente no Executivo	-14,975	2,248	-,332	-6,660	,000	-,151	-,396	-,317	,913	1,096
	Carreira exclusivamente no Legislativo	-12,907	1,288	-,514	-10,018	,000	-,284	-,544	-,477	,864	1,157
	Sem carreira eletiva	-27,438	2,297	-,595	-11,943	,000	-,440	-,611	-,569	,916	1,092
2	(Constant)	30,068	1,061		28,341	,000					
	Carreira exclusivamente no Executivo	-14,024	2,223	-,311	-6,308	,000	-,151	-,378	-,295	,897	1,115
	Carreira exclusivamente no Legislativo	-12,025	1,292	-,478	-9,310	,000	-,284	-,517	-,435	,826	1,210
	Sem carreira eletiva	-25,482	2,330	-,552	-10,935	,000	-,440	-,578	-,511	,855	1,169
	Partidos dos extremos ideológicos (esquerda, direita ou sem classificação)	-4,063	1,243	-,160	-3,268	,001	-,345	-,207	-,153	,913	1,095

a. Dependent Variable: Tempo de carreira política - início na primeira eleição disputada

Fonte: Senado Federal e CPDOC.

O primeiro modelo, considerando apenas os tipos de carreiras (com $R^2 = 0,46$), mostra haver considerável redução no número de anos de carreira entre os políticos que optaram por exclusividade nos mandatos executivos e carreiras restritas ao Legislativo, havendo também proximidade no tempo entre ambos os tipos de caminhos políticos. Obviamente, os desprovidos de expertise político-institucional também tinham considerável menor tempo de carreira até saírem vitoriosos na busca pela cadeira na Câmara Alta

em relação aos políticos que passaram por "Ambos" os aspectos do poder eletivo.

O segundo modelo, levando em consideração o posicionamento ideológico dos partidos dos eleitos, valendo-se da dicotomia centro e extremos ideológicos, pouco altera o índice de determinação ($R^2 = 0,48$), e o impacto de pertencer a um partido fora do centro ideológico não apresentou grande influência no tempo de carreira. Isso vem na esteira dos achados prévios, como citado na introdução da escrita que se encerra,

onde há menor experimentação política na esquerda decorrente tão somente das bancadas do PT, havendo razoável vivência política entre parlamentares dos demais partidos desse nicho ideológico.

Os estimadores demonstram que pertencer a uma legenda dos extremos reduz em média quatro anos (tempo de um mandato) o tempo de carreira. Em comparação, os tipos de carreira dispõem de coeficientes três vezes maior. Em síntese, as estratégias adotadas pelos políticos eleitos para o Senado entre 1994 e 2014, no que tange à carreira precedente (exclusivamente no Executivo ou no Legislativo), pouco se diferenciam no tempo entre a estreia na seara eleitoral e a eleição para a Casa da Federação. O modelo demonstra, seguramente, que no interim analisado, em comparação com os políticos que eram maioria no Senado (com carreiras no Executivo e no Legislativo), os que traçaram suas rotas em um dos poderes (e, por conseguinte, os inexperientes) tinham menos tempo de caminhada até sua chegada ao salão azul do Palácio Nereu Ramos.

Considerações finais

Estudar o Senado envolve ir além de sua renomada característica de alta-roda da política nacional. Os tradicionais nomes que compuseram e ainda compõem a Casa da Federação, não apenas deixam marcas na história dessa augusta instituição, mas na política nacional. Logo, para além das hipóteses de quadros altamente vivenciados na política institucional, estudar os antecedentes de mandatos, especificamente de Senadores, apresenta os diferenciais dentre esse conjunto da elite política.

O nível de experiência política não esteve associado a um *social background* distinto, mostrando que os inexperientes não tiveram uma "catapulta" que os elevaram diretamente para a representação federativa, cabendo outras investigações como aspectos da trajetória política (cargos e postos não burocráticos, ligados a instituições de representação social e de classe), formulando novas hipóteses que expliquem como alguns furam a tradicional barreira de experimentação

política costumaz da Câmara Alta. Por ora, suas diplomações e profissões prévias não se distinguiram fortemente das que se encontraram também entre os políticos de carreira.

Há na estratégia de priorizar pela carreira legislativa a maior facilidade para obtenção do cargo, mesmo para o Senado Federal, onde o resultado se dá por maioria simples e, por vezes, duas cadeiras vão a pleito concomitantemente; não por acaso se observou menor número de senadores oriundos de cargos exclusivamente executivos. Contudo, não foi encontrado menor tempo de carreira política, tampouco número médio de mandatos prévios entre os políticos cujas carreiras se deram no Executivo. Isso, em parte pela tendência de concorrer à reeleição nesse poder, principalmente, por uma questão estratégica do político que busca projeção, bem como dos partidos pelo controle de máquinas públicas. Os cargos de prefeito e governador outorgam nomeações de partidários e aliados, assim como execução de políticas públicas (propagandeadas), fatores que conjuntamente retroalimentam os capitais político e eleitoral.

Pairam questões para futuras análises: quais cargos esses senadores eleitos vieram a ocupar nos postos institucionais da própria Casa? Para onde foram esses que chegaram ao ápice do sistema representativo? Buscaram reeleição para o Senado Federal? Miraram às governorias? Como apontado na introdução, a passagem pelo Senado é característica de muitos que chegaram no topo de suas carreiras políticas locais. Espera-se que futuras análises apresentem não apenas como esses políticos partilharam e disputaram poder (nos postos de lideranças, presidências de comissões etc.), mas também o futuro deles na política eleitoral após o mandato senatorial.

Em síntese, percebe-se a circulação de elites dentre os postos eletivos (outras iniciativas estudando as carreiras de governadores, por exemplo, são vitais para fixar esse conceito), não obstante o elevado número de políticos que debutaram diretamente no Congresso Nacional, assim como os políticos que governaram seus estados antes de ascenderem ao Senado, reforçando os

estereótipos de políticos altamente vividos no meio político-institucional. Esse destino ficou reservado, ao menos nas duas décadas aqui estudadas, aos egressos sobretudo do próprio Senado, da Câmara dos Deputados e dos palácios estaduais, políticos experimentados nas urnas e, sobretudo, de elevada experiência legislativa, mostrando que a rota para a Câmara Alta tem paradas em outros postos de grande prestígio político e poder.

Referências

Araújo, Paulo Magalhães. 2011. "Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006". *Revista Política Hoje* 20, 2: 550-580. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3798>.

Bohn, Simone. 2008. "Mulheres e qualidade das candidaturas nas eleições para o Senado: Brasil e Estados Unidos em contraste". In *O Senado Federal brasileiro no pós-constituente*, editado e organizado por Leany Lemos, 87-120. Brasília: UniLegis – Senado Federal.

Centeno, Alison Ribeiro. 2018. "Os maestros da elite: carreiras e trajetórias dos líderes no Senado Federal entre 1999 e 2006." Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Centeno, Alison Ribeiro. 2019. "O Senado em duas décadas: *social background* dos Senadores eleitos entre 1994 e 2014". In *Utopias e Distopias da Ciência Política*, editado/organizado por Karoline Coelho de Andrade Souza, 152-163. Curitiba: Atena Editora.

Centeno, Alison Ribeiro. 2020. "Destino Senado Federal: influência das carreiras políticas na chegada à Casa Da Federação". Comunicação apresentada em 12º Encontro da ABCP, evento online, 19 a 23 de outubro de 2020. <https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2021/02/destino-senado-federal-como-carreiras-politicas.pdf>.

Codato, Adriano, Luiz Domingos Costa, Lucas Massimo, e Flavio Heinz. 2016. "Regime político e recrutamento parlamentar: um retrato coletivo dos senadores brasileiros antes e depois da ditadura". *Revista de Sociologia e Política* 24, 60 (dezembro): 47-68. <https://doi.org/10.1590/1678-987316246005>.

Costa, Luiz Domingos, e Adriano Codato. 2012. "Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos senadores da República". *Textos para discussão*, 2 (abril): 1-28.

Costa, Paulo Roberto Neves, Luiz Domingos Costa, e Wellington Nunes. 2014. "Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010)". *Revista Brasileira de Ciência Política*, 14 (maio-agosto): 227-253. <https://doi.org/10.1590/0103-335220141409>.

Lemos, Leany, e Sonia Ranincheski. 2008. "Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na década de 90". In *O Senado Federal brasileiro no pós-constituente*, editado/organizado por Leany Lemos, 87-120. Brasília: UniLegis – Senado Federal.

Madeira, Rafael. 2006. "Vinhos Antigos em Novas Garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro". Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Madeira, Rafael Machado, e Alison Ribeiro Centeno. 2018. "A 'dança das cadeiras' está circunscrita à Câmara dos Deputados? Uma análise da evolução da fragmentação partidária e da origem socio-ocupacional dos eleitos ao Senado Federal, aos governos dos estados e às suas respectivas capitais". Comunicação apresentada em 11º Encontro da ABCP, Curitiba, 31/7/2018 à 3/8/2018. <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2019/05/danca-das-cadeira-sesta-circunscrita-camara-dos-deputados.pdf>.

Perissinotto, Renato. Miriade, Angel. 2009. "Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006". *Dados* 52, 2 (junho): 301-333. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582009000200002>.

Rodrigues, Leôncio Martins. 2009. *Mudanças na classe política brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Rodrigues, Leôncio Martins. 2002. "Partidos, ideologia e composição social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 17, 48 (fevereiro): 31-47.

Alison Ribeiro Centeno

Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Doutorando em Ciências Sociais na mesma instituição, na Escola de Humanidades; bolsista da CAPES - Código de Financiamento 001.

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.